

# DESENQUADRAMENTO DO MEI - 2026

Reflexos nas áreas tributária e legalização de empresas

Prof: Levy Guedes

Fortaleza – CE, 2026



INOVAÇÃO  
E PROTAGONISMO  
*em ação*

@contadorlevyguedes

## Apresentação do Professor

- Contador – LYP Contabilidade;
- Mestrando em Administração;
- Professor e Coordenador do NAF UNIFOR;
- Pesquisador;
- Autor de livros;
- Consultor em Legalização de Empresas;
- Pós Graduado em Gestão Contábil e Tributária;
- Pós Graduado em Holding;
- Vice-Presidente da Associação dos Contabilistas do Estado do Ceará – ACONTECE;
- Membro de Comissões do CRC CE;
- Instrutor de Cursos Livres.



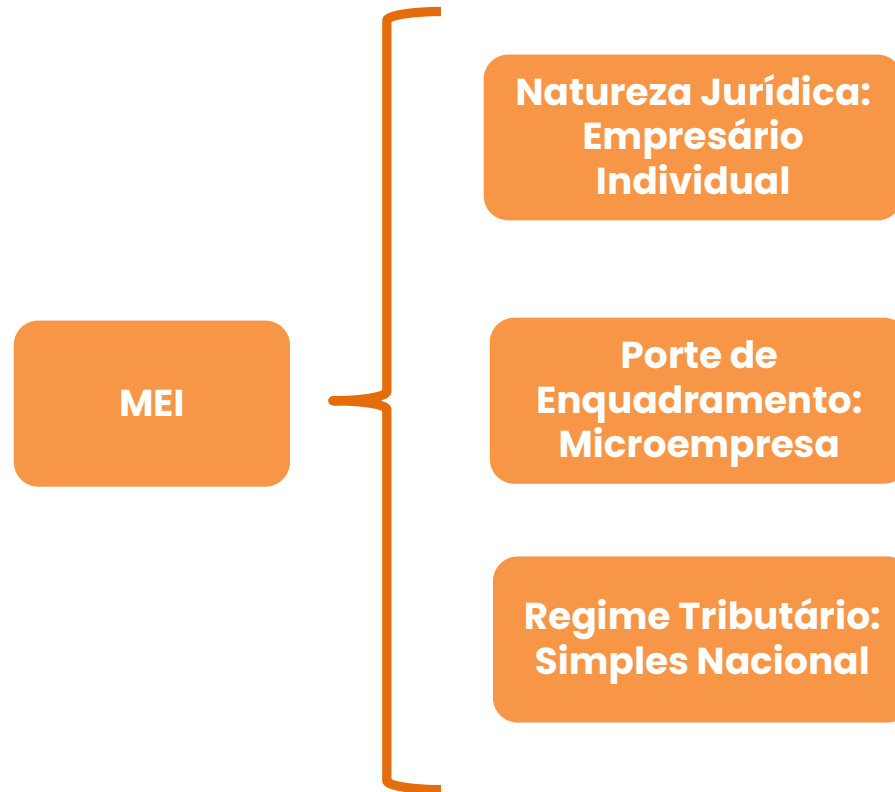
@contadorlevyguedes

# Microempreendedor Individual

Lei Complementar 123/2006

Art. 18-A. (...)

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI quem tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo, e seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), ou o empreendedor que exerça:  
(...)



# Microempreendedor Individual

## Principais Regras

**Responsabilidade ilimitada**

Não pode ser sócio ou administrador ou titular de qualquer outra empresa (Art. 18-A, § 4º, III da Lei Complementar 123/2006)

Não pode ser constituído na forma de startup (Art. 18-A, § 4º, V da Lei Complementar 123/2006)

**Deve possuir um único estabelecimento (Art. 18-A, § 4º, II, LC 123/2006)**

**Exerça tão somente as atividades listadas no Anexo XI da Resolução CGSN 140/2018;**

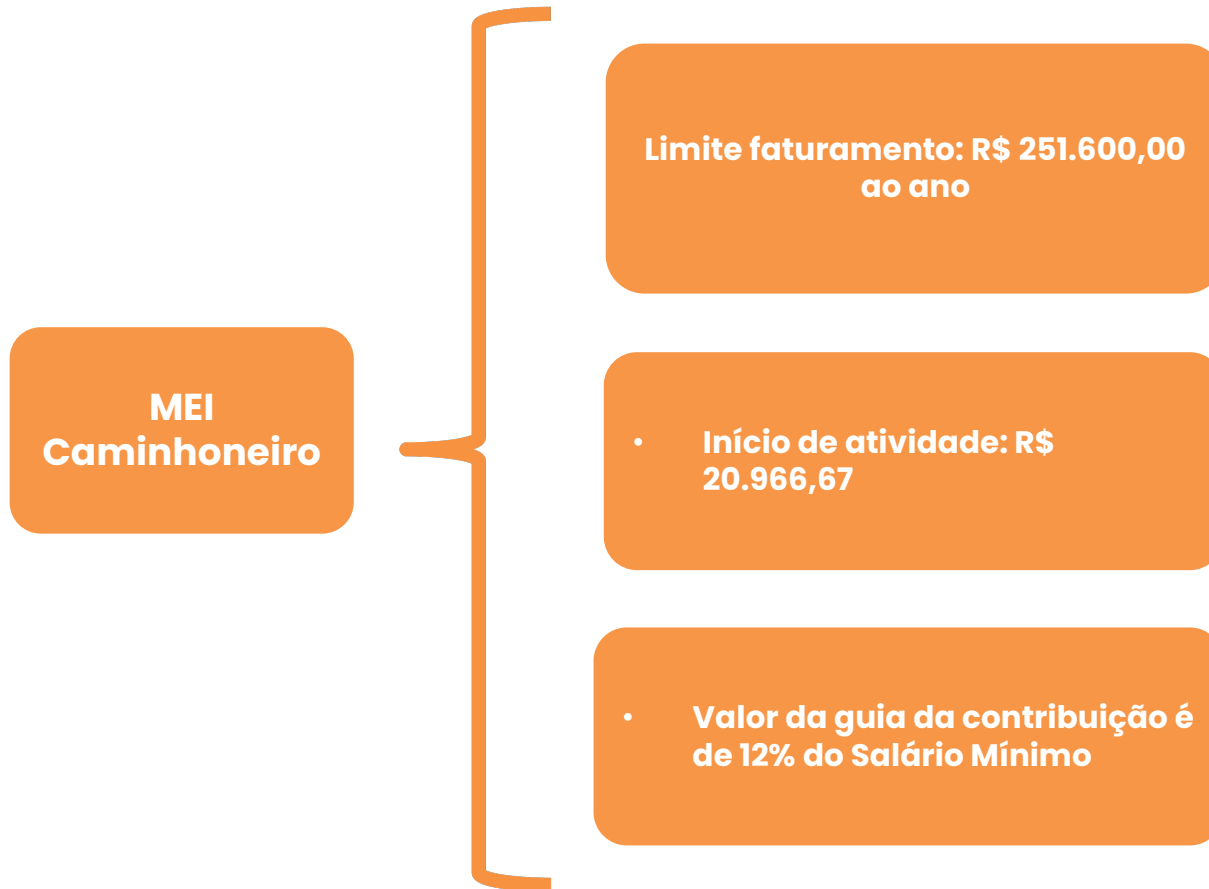
**Receita Bruta acima do limite em mais de 20%**

**Só pode contratar até um empregado com o salário sendo o piso da categoria ou o salário mínimo nacional (Art. 18-C da LC 123/2006)**

**Em início de atividades o limite mensal é R\$ 6.750,00 multiplicados pelo número de meses, consideradas as frações de meses como um mês inteiro (Art. 18-A, § 2º LC 123/2006)**

**Receita Bruta acima do limite, mas dentro de 20%**

# Microempreendedor Individual



**Base Legal: Art. 18-F, Lei Complementar 123/2006**

# Microempreendedor Individual – Desenquadramento

## Possuir um único estabelecimento

Efeito tributário: Dia primeiro do mês subsequente ao informado.

Ex: O MEI Fictício é uma lanchonete no bairro da Parquelândia e quer abrir uma filial no bairro da Parangaba.

Passo a passo:

1º – Promover o desenquadramento informando a data

2º – Fazer viabilidade na JUCEC

3º – Fazer DBE

4º – Fazer a FCN

5º – Criar o instrumento de alteração consolidado ou transformar em LTDA (Se for transformar, a viabilidade deve conter já as informações novas)

6º – Protocolo.

7º – No dia primeiro do mês subsequente à data informada, apurará o DAS conforme o anexo I do Simples.

# Microempreendedor Individual – Desenquadramento

Só pode contratar até um empregado com o salário sendo o piso da categoria ou o salário mínimo nacional

Efeito tributário: Dia primeiro do mês subsequente ao informado.

Ex01: O MEI Fictício lanchonete deseja contratar um segundo empregado.

Ex 02: O MEI Fictício lanchonete deseja pagar um salário base acima do limite permitido em convenção coletiva.

Passo a passo:

1º – Promover o desenquadramento informando a data

2º – Fazer viabilidade na JUCEC

3º – Fazer DBE

4º – Fazer a FCN

5º – Criar o instrumento de alteração consolidado ou transformar em LTDA (Se for transformar, a viabilidade deve conter já as informações novas)

6º – Protocolo.

7º – No dia primeiro do mês subsequente à data informada, apurará o DAS conforme o anexo I do Simples.

# Microempreendedor Individual – Desenquadramento

Não pode ser sócio ou administrador ou titular de qualquer outra empresa

Efeito tributário: Dia primeiro do mês subsequente ao informado.

Ex01: O titular do MEI Fictício deseja ser sócio ou administrador não sócio de uma outra empresa.

Ex 02: O titular do MEI Fictício foi nomeado inventariante.

Ex 03: O titular do MEI Fictício possui procuração com poderes bancários para representar uma outra empresa junto a bancos.

Passo a passo:

1º – Promover o desenquadramento informando a data

2º – Fazer viabilidade na JUCEC

3º – Fazer DBE

4º – Fazer a FCN

5º – Criar o instrumento de alteração consolidado ou transformar em LTDA (Se for transformar, a viabilidade deve conter já as informações novas)

6º – Protocolo.

7º – No dia primeiro do mês subsequente à data informada, apurará o DAS conforme o anexo I do Simples.



# Microempreendedor Individual – Desenquadramento

Exerça tão somente as atividades listadas no Anexo XI da Resolução CGSN 140/2018

Efeito tributário: Dia primeiro do mês subsequente ao informado.

Ex01: O MEI Fictício lanchonete deseja incluir atividade impeditiva.

Ex 02: O MEI Fictício lanchonete possui uma atividade permitida ao MEI até 31/12/2026 e não retirou dentro desta data.

Passo a passo:

1º – Promover o desenquadramento informando a data

2º – Fazer viabilidade na JUCEC

3º – Fazer DBE

4º – Fazer a FCN

5º – Criar o instrumento de alteração consolidado ou transformar em LTDA (Se for transformar, a viabilidade deve conter já as informações novas)

6º – Protocolo.

7º – No dia primeiro de janeiro do ano seguinte, apurará o DAS conforme o anexo I do Simples.

# Microempreendedor Individual – Desenquadramento

Limite proporcional de R\$ 6.750,00 em ano de início de atividades

Efeito tributário: Dia primeiro de janeiro do ano seguinte (se dentro de 20%).

Efeito tributário: Data de abertura do CNPJ (Se mais de 20%)

Ex01: O MEI Fictício lanchonete foi aberto em 25/07/2026 e faturou, em 2026, R\$ 120.000,00 (retroage)

Ex 02: O MEI Fictício lanchonete foi aberto em 25/07/2026 e faturou, em 2026, R\$ 42.000,00 (Dia 1º de janeiro do ano seguinte)

Passo a passo:

1º – Promover o desenquadramento informando a data

2º – Fazer viabilidade na JUCEC

3º – Fazer DBE

4º – Fazer a FCN

5º – Criar o instrumento de alteração consolidado ou transformar em LTDA (Se for transformar, a viabilidade deve conter já as informações novas)

6º – Protocolo.

7º – No dia do efeito do desenquadramento, apurará o DAS conforme o anexo I do Simples.

# Microempreendedor Individual – Desenquadramento

Limite anual de R\$ 81.000,00 em ano sem ser de início de atividades

Efeito tributário: Dia primeiro de janeiro do ano seguinte (se dentro de 20%).

Efeito tributário: Dia 01 de janeiro do ano excedente (Se mais de 20%)

Ex01: O MEI Fictício lanchonete foi aberto em 03/01/2025 e faturou, em 2026, R\$ 150.000,00 (retroage a 01/01/2026)

Ex 02: O MEI Fictício lanchonete foi aberto em 03/01/2025 e faturou, em 2026, R\$ 82.000,00 (Dia 1º de janeiro do ano excedente)

Passo a passo:

1º – Promover o desenquadramento informando a data

2º – Fazer viabilidade na JUCEC

3º – Fazer DBE

4º – Fazer a FCN

5º – Criar o instrumento de alteração consolidado ou transformar em LTDA (Se for transformar, a viabilidade deve conter já as informações novas)

6º – Protocolo.

7º – No dia do efeito do desenquadramento, apurará o DAS conforme o anexo I do Simples.

# Microempreendedor Individual – Desenquadramento

## MEI Desenquadrado pode voltar a ser do MEI?

Sim !!!

Ex: O MEI Fictício lanchonete foi aberto em 03/01/2025, obteve receita bruta no mesmo ano a importância de R\$ 185.000,00. Neste caso, deve comunicar o desenquadramento por excesso de faturamento, em ano de início de atividades, em mais de 20%.

Em 2025, refez apurações tributárias conforme o anexo I.

Em 2026, como no ano anterior ele cumpriu com todas as regras do MEI, exceto o faturamento, não pode voltar a ser do MEI. Faturamento de 2026: R\$ 68.000,00

Em 01/2027 (prazo até último dia útil de janeiro de 2027), como em 2026 ele cumpriu com todas as regras do MEI, inclusive faturamento, ele pode retornar ao MEI na opção de Solicitar Reenquadramento do MEI, no Portal E-Cac.

The screenshot displays the E-CAC portal interface. At the top, there are three tabs: 'Restituição e Compensação', 'Simples Nacional' (which is highlighted with a black border), and 'Outros'. Below these, the 'Simples Nacional' section is expanded, showing a list of services. A red rectangular box highlights the option 'Solicitação de Enquadramento no Simei' under the 'Enquadramento (Simei)' category. A red arrow points from the right towards this highlighted option. Other visible categories include 'Cálculo e Declaração (Simei)', 'Compensação e Restituição (Simples e Simei)', 'Fiscalização', 'Parcelamento (Simples e Simei)', 'Cálculo e Declaração (Simples Nacional)', 'Desenquadramento (Simei)', 'Exclusão (Simples Nacional)', 'Opção (Simples Nacional)', and 'Parcelamento do MEI'.

# MEI – Mudança no Desenquadramento

ARQUIVO UNICO

Fl. 25

ARQUIVO UNICO

Fl. 26



Ministério da Economia – ME  
Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB  
Superintendência Regional da Receita Federal na 3ª Região (CE-MA-PI)



PROCESSO Nº [REDACTED]/2022-45	
INTERESSADO(A)	CNPJ/CPF
[REDACTED]	[REDACTED]0001-39
DOMICÍLIO FISCAL	
R. [REDACTED]	

DESPACHO DECISÓRIO nº [REDACTED]/2022

Data de emissão: 09/11/2022  
SIMPLES NACIONAL. DESENQUADRAMENTO  
SIMEI.  
O desenquadramento do Simei será realizado de  
ofício pela autoridade administrativa ou mediante  
comunicação do contribuinte.  
Na hipótese de excesso de receita de 20% do limite  
máximo permitido, o desenquadramento do SIMEI  
ocorre com retroação a 1º de janeiro.

## PEDIDO DEFERIDO

### Relatório

A empresa acima identificada requer (fl.05) que seja retificado o motivo de seu desenquadramento do SIMEI<sup>1</sup>, para “Desenquadramento do SIMEI por comunicação obrigatória do contribuinte – Excesso de receita bruta no ano-calendário de início de atividades acima 20% do limite”, e a retroação da data para 05/04/2021 (data de início de atividade), sob o fundamento de que ultrapassou o limite proporcional permitido no ano-calendário 2021. Vejamos trecho da petição:

- Desenquadramento por comunicação obrigatória do contribuinte – excesso da receita bruta no ano-calendário de início de atividades – acima de 20% do limite.

Em anexo, foi apresentada declaração de faturamento informando um total de receitas no montante de R\$ 84.758,49, no período de abril a dezembro de 2021.

### Fundamentação

Registramos, inicialmente, que a presente análise considera os documentos disponíveis nos autos, de acordo com a legislação de regência da matéria, partindo-se da premissa de que as declarações do contribuinte representam a expressão da verdade,

1-Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos Abrangidos pelo Simples Nacional

Processo nº [REDACTED]/2022-45

sob as penas da lei, preservado o direito de a Secretaria da Receita Federal do Brasil instaurar procedimento de auditoria fiscal posteriormente.

O inciso II, “a”, 2, art.115 da Resolução CGSN nº 140/2018, combinado com o art.18-A, §7º, III, da LC 123/2006, determinam que, mediante comunicação do contribuinte de que auferiu receita em excesso a 20% do limite, equivalerá à comunicação obrigatória de desenquadramento do SIMEI. Ainda nesse mesmo art.18-A, §7º, inciso III, “b”, está previsto que o efeito do desenquadramento do SIMEI ocorre retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário da ocorrência do excesso, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento).

### Resolução CGSN nº 140/2018

Art. 115. O desenquadramento do Simei será realizado de ofício pela autoridade administrativa ou mediante comunicação do contribuinte. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 6º)

II - obrigatoriamente, quando o contribuinte:

- a) auferir receita que exceda, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no caput ou no § 1º do art. 100, caso em que a comunicação deverá ser feita até o último dia útil do mês subsequente àquele em que o excesso se verificou, e o desenquadramento produzirá efeitos: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 7º, incisos III e IV)
  - a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que o excesso se verificou, desde que este não tenha sido superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no caput ou no § 1º do art. 100;
  - retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário em que o excesso se verificou, se este foi superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no caput do art. 100; e
  - retroativamente ao início de atividade, se o excesso verificado tiver sido superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no § 1º do art. 100;

Desse modo, partindo-se da premissa de que as declarações do contribuinte representam a expressão da verdade, sob as penas da lei, acolher-se-á o pedido em análise no sentido de que seja alterado o motivo de desenquadramento do MEI e, em consequência, o início do efeito desse desenquadramento para 05/04/2021, conforme determina a legislação aplicável, como almeja a requerente.

### Conclusão

Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido da empresa, fls.05, retificando-se o motivo de **desenquadramento do SIMEI e a data do efeito**, retroagindo-se a 05/04/2021.

Dê-se ciência ao contribuinte.

Assinado digitalmente

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Mat. [REDACTED]



**Obrigado !!!**

Se imaginarmos a Contabilidade Empresarial como uma árvore, não há dúvidas que a Legalização seria a raiz, uma vez que ela é o gênese de todos os setores.

Levy Guedes

**@contadorlevyguedes**



## Grupo de Estudos - Legalização de Empresas - Prof. Levy Guedes

Comunidade do WhatsApp

